

Povo poderá opinar sobre Constituinte

Eleitor decidirá destino dos senadores eleitos em 82, diz José Hugo

Pode ser que o povo brasileiro venha a participar mais diretamente da Constituinte. Uma das hipóteses surgidas, e explicada ontem pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, é que o povo seja chamado a opinar, no dia da eleição, sobre a situação dos 22 senadores eleitos em 1982: se eles devem ou não participar da Constituinte. Como o mandato desses senadores vigora até 1990, eles podem ter a oportunidade de participar da Constituinte, mesmo sem ter sido eleitos para ela. Se a idéia for avançada, o grande juiz da questão será o eleitorado.

Em Belo Horizonte, onde foi passado o final de semana, o Ministro disse que o presidente Sarney enviará mensagem ao Congresso convocando a Constituinte entre os dias 15 e 20 deste mês, e que já estão definidos os termos da convocação. Segundo ele, o Governo pretende conter os abusos econômicos na eleição da Constituinte:

— A lei partidária tem que ser mudada, o Código Eleitoral tem que sofrer alterações, exatamente para conter isso que hoje passou a ser uma preocupação de vários setores: é necessário diminuir o abuso do poder econômico para neutralizar a influência pecuniária do cabo eleitoral — disse.

José Hugo disse que essas mudanças precisam ser feitas com medidas acauteladoras: "É preciso criar dispositivos na lei que evitem o abuso, os excessos do poder econômico. Todos os partidos estão estudando isso, pois é grande a preocupação dos parlamentares, inclusive do Governo. São vários dispositivos de fiscalização que terão de ser montados, uma série de medidas que poderão contrabalançar o abuso".

Para o Ministro, já houve muitos avanços no caso da legislação eleitoral, com a proibição do transporte de eleitores e alimentação. "Mas o problema é de mobilização, de consciência, para dificultar a compra de votos. Você pode fazer a melhor lei do mundo, mas se a coletividade não estiver preparada, não vale nada", disse.

"A grande arma contra a corrupção eleitoral é a mobilização da consciência, para dificultar a compra de votos — prosseguiu. Temos que conscientizar o povo do

valor do seu voto. O voto é a arma do cidadão, como dizia Rui Barbosa, e o povo tem que ter consciência de seu valor inestimável para ele e para a sociedade".

Sobre a Comissão Constitucional, o Ministro disse que será designada pelo presidente José Sarney após a convocação da Constituinte, lembrando que dois nomes estão sendo cogitados: o do professor Cândido Mendes e o do vice-presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira.

O pacto político, que ele prefere chamar de pacto nacional, "complementa o pacto social preconizado pelo presidente Tancredo Neves. As medidas que serão adotadas para promover as mudanças compromissadas na praça pública terão que ter adesão da maior parte possível da sociedade e o presidente Sarney deseja a participação de todas as correntes de opinião. Evidentemente, essas mudanças podem ser feitas com a Aliança Democrática, mas com a participação do PDT, PT, PTB e PDS e também dos partidos que se organizam".

REFORMA AGRÁRIA

José Hugo disse que não vê o motivo de estar se formando um "grande equívoco" em relação ao plano de reforma agrária. "A reforma que o Governo pretende fazer decorre de uma lei votada há 20 anos, o Estatuto da Terra, do presidente Castello Branco. A reforma que se pretende, ao longo de 15 anos, é uma reforma capitalista. Ela não é socializante, comunizante, não é coletivizante, é feita da base da propriedade particular".

"Os novos proprietários de terra — disse — que se pretende criar, na base da famosa escritura da propriedade, estarão fortalecendo o instituto da propriedade e o exército de seus defensores, que são os novos proprietários. Não se pretende expropriar, até porque o Governo não tem recursos para comprar terras particulares e o poder público, nos três níveis, tem imensa quantidade de terras ociosas. Temos que dar assistência e desenvolvimento à terra, pois esta é a única maneira de se evitar uma explosão social neste País, em consequência da má condição de vida".



Para José Hugo, só conscientização combate a corrupção eleitoral

Lucena acha plebiscito inútil

"Só se o presidente mudou de idéia, mas ele nunca levantou nas reuniões do Conselho Político a idéia de convocar a Constituinte através de um plebiscito", comentou ontem Humberto Lucena, líder do Governo no Senado, ao ler jornais as declarações feitas pelo ex-deputado Célio Borja, hoje assessor especial do presidente José Sarney, reforçadas pelo ministro José Hugo Castello Branco.

Na opinião de Lucena, Borja é José Hugo falaram apenas em seu nome. "O presidente Sarney aguarda apenas a conclusão dos estudos que estão sendo feitos por sua assessoria para ultimar a redação da sua emenda de convocação da Constituinte", reafirmou o líder do Governo.

Por outro lado, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) ficou satisfeito com

as declarações de José Hugo e Célio Borja. Na próxima segunda-feira, Arbage apresenta justamente um projeto que propõe a realização de um plebiscito, nas eleições de 86, para atribuir aos deputados e senadores eleitos poderes constituintes.

"Minha idéia parece estar sendo bem recebida até pelo Palácio do Planalto", comentou, animado. A sua emenda inclui também uma consulta sobre os senadores eleitos em 82, com mandato até 91. Se forem legitimados pelo plebiscito, esses parlamentares também conquistarão direito de participar da Constituinte. Segundo Arbage, só duas coisas podem estabelecer o poder constituinte: a ocorrência anterior de uma ruptura entre as instituições ou a convocação do povo.

Humberto Lucena considera a proposta de Jorge Arbage, referendada por Célio Borja, e José Hugo, totalmente desnecessária.

"No momento em que foi aprovada a emenda do Executivo, da convocação da Constituinte, o povo saberá que em 86 estará elegendo deputados e senadores para elaborar uma nova Constituição", disse.

O argumento de que não houve ruptura da ordem jurídico-constitucional e, portanto, a Constituinte não poderia ser convocada nem pelo Executivo nem pelo Legislativo, é, para Lucena, falho. "De 1964 para cá, foram baixados diversos atos institucionais que, por si só, já representam uma enorme ruptura da ordem constitucional. Só não houve o fechamento do Congresso", diz Lucena.

Ministro sai para disputa

Belo Horizonte — Ao anunciar sua disposição de disputar uma cadeira de deputado na constituinte do próximo ano, o ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, informou ontem que além dele pelo menos sete outros ministros do atual governo deverão também se desincompatibilizar em maio para concorrer a cargos eletivos, provocando, assim, uma grande reforma ministerial.

De acordo com José Hugo, deverão se desincompatibilizar os ministros da Justiça, Fernando Lyra, da Saúde, Carlos Sant'Anna; Previdência Social, Waldir Pires; Agricultura, Pedro Simon; Minas e Energia, Aureliano Chaves, que disputaria o governo de Minas ou uma cadeira no Senado; Ciência e Tecnologia, Renato Archer, e do Trabalho, Almir Pazzianotto. Marco Maciel, da Educação, foi excluído, por estar licenciado do Senado.

José Hugo afirmou que, pelo que vê hoje, o presidente José Sarney não tem propósito de fazer qualquer mudança no seu ministério, já sabendo que no próximo ano terá que promover uma grande reforma entre seus auxiliares a partir de maio, prazo máximo para a desincompatibilização daqueles que pretendem participar da Assembleia Constituinte.

PDS vê tese de Alencar

O líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Viana (BA), apolou ontem a proposta do deputado Alencar Furtado (PMDB-PR) de formar uma Comissão Pré-Constituinte no próprio Congresso Nacional. "Gostei da idéia e a submeterei à Comissão Executiva do PDS na próxima quinta-feira; o meu voto será favorável", antecipou.

— Pessoalmente, acho que tudo o que foi feito para valorizar o legislativo tem a nossa simpatia, afirmou Prisco Viana.

Alencar, por sua vez, detalhou melhor a sua proposta. Disse que os juristas famosos, como Afonso Arinos e Paulo Brossard, podem inclusive assessorar a Comissão do Congresso na elaboração do anteprojeto de Constituição.

Senador quer mandato menor

Os senadores eleitos em 1982, por oito anos, deveriam ter seus mandatos reduzidos pela metade, segundo proposta ontem feita pelo senador Fábio Lucena (PMDB-AM) como "única solução capaz de não macular a próxima Assembleia Nacional Constituinte". Os eleitos no próximo ano também teriam quatro anos, "para que todos os membros da constituinte estejam em igualdade".

Um dos eleitos em 1982, Lucena entende que não recebeu do povo delegação constituinte e, por isso, não pode participar da assembleia. Considera despropositado que esses senadores sejam submetidos a algum referendo popular, que os investiria ou não como constituintes.